

RESENHA

MULHER NEGRA NO OITOCENTOS: trabalho, liberdade e resistência

SOARES, Cecília C. Moreira. *Mulher Negra na Bahia no Século XIX*. Salvador: EDUNEB, 2006.

Beatriz Souza Lima de Oliveira^(*)

Cecília Soares, em seu livro, traz a figura da mulher negra enquanto sujeito histórico que compunha a trama das relações sociais no período oitocentista do Brasil. Retrata a atuação da mulher negra trabalhadora livre, liberta ou escrava, em diversos setores da economia. Dessa forma, dentro ou fora do ambiente da casa, as mulheres negras assumiam papéis sociais extremamente relevantes em um contexto permeado de problemas sociais, econômicos e políticos. Entre os destaques da mão de obra negra feminina, encontram-se o trabalho doméstico e o trabalho de ganho, realizado fora do ambiente domiciliar.

Havia uma preferência pelas crioulas – negras nascidas no Brasil – supostamente por conta da maior facilidade na socialização para servir aos senhores. Já para o serviço de ganho era frequentemente designado às africanas, uma vez que, em diversas regiões do continente africano, as mulheres exerciam forte controle no comércio de alimentos e demais gêneros de primeira necessidade, garantindo um importante papel econômico.

A princípio, é ressaltada no estudo a variedade das funções exercidas pelas trabalhadoras domésticas. Em geral, a exigência da qualificação designada às domésticas era habilidade em executar os serviços ordinários de uma casa: limpar, lavar, arrumar, engomar e cozinhar. Porém, havia domésticas contratadas que exerciam funções mais específicas, como as amas de leite e cozinheiras. Para aquelas, o critério de seleção era mais rigoroso, avaliando a cor, origem, o estado de saúde, entre outros requisitos. A preferência para esta ocupação era por crioulas ou mulatas, em geral mulheres com tez mais clara, em detrimento das africanas, tanto pela proximidade cultural quanto pelo ideal racial dominante.

Além dos requisitos para aquisição de uma ama, ela se deparava com a impossibilidade de geração e/ou criação de seus próprios filhos. A prole da escrava representava um empecilho para a

^(*) Pedagoga pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Mestranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb) – Campus I.



produtividade de seu trabalho, um aumento nas despesas ou até mesmo a diminuição no espaço da casa. Portanto, ser ama de leite obrigava a mulher negra a se privar da maternidade, seja na geração, seja na criação. Vale ressaltar que as mulheres negras livres ou libertas eram bem menos frequentes no exercício dessa função. Sob influência das doutrinas higienistas, a classe de médicos brasileiros deu início a uma perseguição contra o uso do leite das amas, alegando que as negras eram fontes de danos à moral e à saúde das crianças brancas e as principais causadoras da mortalidade infantil. Porém, as soluções extremistas apontadas pelos médicos higienistas não chegaram a ter grandes adeptos na sociedade senhorial.

Seguindo as ramificações do serviço doméstico, a autora retrata as cozinheiras que, preferencialmente, deveriam ter outras habilidades domésticas – lavar, cuidar de crianças, etc. – além do preparo de pratos triviais oriundos das culinárias europeia, africana e indígena. Para as domésticas, geralmente era exigido que passassem a conviver com a própria família. O espaço da rua era visto como antro de influências negativas e o fluxo das empregadas entre a casa e a rua representava perigo para a família. Além das escravas, não era raro encontrar mulheres livres ou libertas residindo no próprio trabalho. Reclusas, o ambiente de trabalho tornava-se também lugar de moradia para as mulheres domésticas. Dessa forma, mais do que a garantia da segurança diante dos perigos da rua, a família explorava o trabalho da doméstica que deveria ficar à disposição dia e noite.

O trabalho realizado na casa favorecia as diversas formas de controle e exploração da família para com a doméstica. Em contrapartida, uma simples atividade que a retirava do controle direto da patroa, como fazer compras, significava um momento de libertação onde eram criados laços de amizade, surgiam possibilidades de ganhar dinheiro, mas especialmente escapavam da rotina do trabalho doméstico. As relações com a família senhorial eram marcadas pelos laços de dependência e submissão, juntamente com a intimidade estabelecida pelo convívio no ambiente do domicílio. A autora afirma que o bom comportamento, associado à submissão, muitas vezes era uma tática de sobrevivência da doméstica, que podia alcançar a liberdade através da conquista da alforria como recompensa pelos bons serviços prestados.

Laços de amizade e solidariedade eram traçados também entre as lavadeiras: mulheres negras, escravas, livres ou libertas. O deslocamento das negras para as fontes e riachos facilitava a prestação de serviços a mais de uma pessoa. As fontes e riachos eram ambientes para lavagem de roupa, mas que também representavam um espaço de descontração e socialização entre as



lavadeiras e com outros grupos sociais. Por transformarem o ambiente de trabalho em um universo de sociabilidades de mulheres e homens negros e brancos pobres, as lavadeiras também foram alvo de perseguição. As fontes passaram a ser vistas como local de desordem e a polícia tornou-se responsável pela repreensão e garantia da moralidade pública. No estudo, Soares retrata a figura da lavadeira como um segmento do trabalho doméstico, apesar de usufruírem de certa liberdade por atuarem longe do controle da família.

O mesmo acontecia no sistema de ganho, até mesmo as ganhadeiras escravas que eram colocadas na rua, principalmente no pequeno comércio pelos seus proprietários. Muitas africanas oriundas da Costa Ocidental e trazidas no tráfico negreiro monopolizavam o comércio urbano, principalmente na Bahia, garantindo sua subsistência e de sua família e, muitas vezes, acumulando renda para compra da sua alforria e de familiares e amigos. Portanto, essas mulheres exerciam um forte papel econômico e também sociopolítico, uma vez que a libertação de vários indivíduos era alcançada através do trabalho dessas mulheres. Além disso, o próprio local de trabalho, como as quitandas, tornavam-se pontos de encontro de sujeitos escravos, livres e libertos, articulando focos de resistência. No caso da ganhadeira escrava, havia um acordo informal entre a ela e o senhor que a obrigava a dar uma quantia previamente estipulada ao seu senhor, diferentemente das negras livres ou libertas cujo lucro da renda não precisava ser compartilhado. A atividade do ganho tornou-se uma das principais portas de saída da escravidão, seja maior liberdade pelo tempo passado longe do proprietário, seja pela maior facilidade de acúmulo do pecúlio para a compra da alforria. A crescente importância das mulheres negras no ganho não passou despercebida pelas autoridades do período oitocentista que tentava proibir a participação negra feminina no setor comercial, dificultando o exercício da atividade com medidas de fiscalização, licenças, taxas, entre outras práticas discriminatórias.

Soares ressalta que, mesmo entre as escravas ganhadeiras, as dificuldades de sobrevivência não eram mais amenas, em comparação aos demais escravos. Porém, os escravos urbanos obtinham mais vantagens pelas maiores oportunidades para a compra da alforria e pela maior proximidade com os mecanismos jurídicos, que era uma importante estratégia da população escrava para fazer valer seus poucos direitos e conquistar outros. Numa comparação entre os sexos, as mulheres alcançavam mais facilmente a liberdade do que os homens, mesmo estes sendo maioria na população escrava, devido ao valor da mão de obra masculina ser superior ao da feminina. Entre as escravas domésticas era mais frequente a alforria gratuita, devido aos laços afetivos estabelecidos



com os senhores. Foram várias as estratégias de libertação e sobrevivência utilizadas pelos escravos, especialmente as mulheres negras, recorrendo aos aparatos legais para seu próprio benefício, num contexto em que as leis abolicionistas já ganhavam repercussão.

Retomando as representações do espaço da rua, Soares afirma que além das ganhadeiras, outros grupos marginalizados frequentavam este espaço, considerado o palco da vida na cidade. A rua era um dos principais ambientes de sociabilidade da população negra. Porém, era também um espaço onde as mulheres negras tornavam-se mais suscetíveis às diversas formas de violência, enfrentando a discriminação de classe, raça e gênero. Para enfrentar essas formas de opressão, as mulheres negras muitas vezes reagiam com agressividade, sendo consideradas agentes de desordem. Utilizando fontes policiais, a autora analisa diversos casos de prisão dessas mulheres, investigando seus reais motivos. São várias as razões encontradas para o enquadramento desses sujeitos: o descontentamento e a resistência contra medidas legais de controle sobre sua vida e trabalho; brigas de casais; inadimplência em negociações, entre outras. A conduta da mulher negra no ambiente da rua pode ser considerada uma forma de resistência às opressões vividas em seu cotidiano; o que era chamado de desordem pode ser entendido como expressões de afirmação dessas mulheres.

A função social da mulher negra, seja perpetuando aspectos civilizatórios africano-brasileiros através das relações tecidas, seja na criação de mecanismos de sobrevivência frente às opressões sofridas cotidianamente traz referências de resistência diante da tripla discriminação vivida pelas mulheres negras escravas, livres e libertas. O racismo, o patriarcalismo e as desigualdades não foram suficientes para silenciar essas mulheres e invisibilizar as marcas de suas sociabilidades na sociedade brasileira oitocentista. Apesar das dificuldades, incertezas e opressões, as mulheres negras, na rua ou no comércio, constroem um universo próprio na busca por uma sobrevivência digna.